

**UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

ALINE JOYCE BATISTA BRANDÃO

**AMOR NO TEA: O DESAFIO DA SEXUALIDADE ENFRENTADO POR
ADULTOS COM DIAGNÓSTICO DE AUTISMO**

**JUAZEIRO DO NORTE-CE
2023**

ALINE JOYCE BATISTA BRANDÃO

**AMOR NO TEA: O DESAFIO DA SEXUALIDADE ENFRENTADO POR
ADULTOS COM DIAGNÓSTICO DE AUTISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Me. Marcos Teles do Nascimento

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2023

ALINE JOYCE BATISTA BRANDÃO

**AMOR NO TEA: O DESAFIO DA SEXUALIDADE ENFRENTADO POR
ADULTOS COM DIAGNÓSTICO DE AUTISMO**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 29/06/2023

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Professor Mestre Marcos Teles do Nascimento / UNILEÃO

Membro: Professora Especialista Nadyelle Diniz Gino / UNILEÃO

Membro: Especialista Maria Sawilla de Lima / UNILEÃO

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

AMOR NO TEA: O DESAFIO DA SEXUALIDADE ENFRENTADO POR ADULTOS COM DIAGNÓSTICO DE AUTISMO

Aline Joyce Batista Brandão ¹
Marcos Teles do Nascimento ²

RESUMO

O presente estudo discute sobre o desafio da sexualidade vivenciado por pessoas com TEA na fase adulta, a fim de compreender as experiências da sexualidade vivenciadas. Para tanto, foi necessário identificar fatores psicossociais que influenciam os desafios vivenciados da pessoa com autismo, analisar com base na literatura a vivência da sexualidade do adulto com TEA e verificar as contribuições da psicologia no campo científico sobre a sexualidade do adulto com TEA. Realizou-se, então, uma pesquisa de natureza básica, a partir da revisão de literatura, com coleta de dados realizada através das seguintes bases de dados: Google Acadêmico, Scielo, Pepsic. O procedimento de análise dos dados se deu por estudos nos últimos 20 anos. Diante disso, verificou-se que os principais desafios da sexualidade do adulto com autismo estão principalmente nas dimensões sociais e culturais, sendo escassas as oportunidades de inclusão nos espaços restando-lhes espaço limitado de convívio com seus familiares e fenômenos com a descaracterização e autorrepressão que são frequentes na e reforçam a discriminação e estigma. Foi possível concluir que ainda são escassos estudos sobre a área, sendo necessário realizar a construção de mais pesquisas que tenham como foco a fase adulta de pessoas com autismo e a sua sexualidade.

Palavras-chave: Autismo adulto. Sexualidade no TEA. Educação sexual no Autismo. Autismo.

ABSTRACT

This study discusses the challenge of sexuality experienced by autistic people in adulthood, to understand the experiences of sexuality of people with ASD. Therefore, it was necessary to identify psychosocial factors that influence the challenges experienced by the person with autism, to analyze, based on the literature, the experience of sexuality of adults with ASD and to verify the contributions of psychology in the scientific field on the sexuality of adults with ASD. Basic research was then carried out, based on a literature review, with data collected using the following databases: Google Scholar, Scielo, Pepsic. The data analysis procedure was based on studies carried out over the last 20 years. In view of this, it was verified that the main challenges of the sexuality of adults with autism are mainly in the social and cultural dimensions, with scarce opportunities for inclusion in spaces, leaving them limited space for living with their families and phenomena with the mischaracterization and self-repression that are frequent in and reinforce discrimination and stigma. It was possible to conclude that there are still few studies on the area, and it is necessary to carry out the construction of more research that focuses on the adult phase of people with autism and their sexuality.

Keywords: Adult autism. Sexuality in ASD. Sexuality education in autism. Autism.

¹ Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: alinejoyce48@gmail.com

² Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: marcosteles@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-V-TR (2023), o autismo é um Transtorno do desenvolvimento global que traz um prejuízo clinicamente significativo nas áreas da comunicação e interação social e em padrões de comportamento e/ou atividades de interesse restritos e repetitivos, também chamado de Transtorno do Espectro Autista (TEA), o termo espectro se dá pelo fato de que não há uma norma estabelecida de um perfil único. Ele possui inúmeros subníveis e que em cada nível é especificado a medida de suporte, variando do nível 1, no qual “existe apoio”, nível 2, já “exige apoio substancial” e nível 3 “com o apoio muito substancial” (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2023).

Em uma pesquisa realizada e divulgada pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças com dados de 2018 apontou que 1 em cada 44 crianças com idade até os 8 anos estão sendo diagnosticadas com TEA (SETTA et al. 2022). Atualmente, em âmbito nacional, não há dados oficiais precisos em relação à taxa demográfica de pessoas com diagnóstico de autismo na fase adulta (MENEZES, 2020; ROSA, 2015). Contudo, a aprovação da lei 13.861/2019 que introduziu o autismo no censo demográfico, auxiliará para dados mais precisos no direcionamento de políticas públicas e recursos. (BRASIL, 2019)

Papalia e Martorell (2022) discutem sobre as inúmeras interfaces no processo do desenvolvimento na fase adulta, focando no desenvolvimento de pessoas neurotípicas, como desenvolvimento psicossocial, físico e cognitivo. Entretanto, pessoas neurodiversas também passam por esses atravessamentos, desse modo, esse déficit em específicas habilidades faz com que esse período implique a experiência de situações desafiadoras.

Dentre elas, destaca-se no presente estudo os aspectos ligados à afetividade e as manifestações da sexualidade, que ainda são permeadas de estigmas e capacitismo, como a crença do “anjo azul”, em que pessoas atípicas ou com algum tipo de deficiência são postas em uma posição infantilizada e assexual (BRILHANTE, 2021).

Visando abordar a problemática sobre os desafios da sexualidade vivenciados por adultos com diagnóstico de autismo, o devido estudo justifica-se por contribuir para a comunidade científica a respeito das vivências no aspecto afetivo-sexual de pessoas com diagnóstico de autismo e suas implicações na fase adulta. O tema se torna de interesse pessoal, uma vez que a pesquisadora vivenciou experiências de estágio em campo em uma

instituição que fornece a prestação de serviços a crianças e adolescentes com diagnóstico de TEA.

O objetivo geral desta pesquisa é compreender as experiências da sexualidade da pessoa com TEA na fase adulta. Tendo como objetivos específicos: identificar fatores psicossociais que influenciam os desafios vivenciados da pessoa com autismo, analisar com base na literatura a vivência da sexualidade do adulto com TEA e verificar as contribuições da psicologia no campo científico sobre a sexualidade do adulto com TEA.

2 METODOLOGIA

O referido estudo científico se constrói, em sua natureza básica, com abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico, na qual realiza um levantamento de materiais, apresentando uma visão geral sobre o desafio da sexualidade enfrentado por adultos com diagnóstico de autismo, gerando conhecimento e focando na melhoria de teorias científicas já existentes.

Para alcançar os objetivos propostos e melhor apreciação deste trabalho, foi utilizado uma abordagem qualitativa. Na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo (GIL, 2015).

A coleta de dados se deu a partir da revisão de literatura, com o intuito de conhecer a problemática sobre a área de estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica, feita através das seguintes bases de dados: Google Acadêmico, Scielo e Pepsic. O procedimento de análise dos dados se deu por estudos nos últimos 20 anos.

A análise do material selecionado buscou categorizar a partir dos objetivos e uma leitura prévia do estudo, tomando como critério de inclusão o apoio nas palavras-chaves utilizadas, “autismo adulto”, “sexualidade no TEA”, “educação sexual no autismo” e “autismo”. Como método de exclusão foram desconsiderados artigos que fugiam do tema proposto.

3 COMPREENDO O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA-TEA

De acordo com Almeida e Neve (2020) os primeiros estudos sobre autismo, dão início no final do século XX, no qual, se deu a partir da influência dos trabalhos de Leo Kanner e Hans Asperger, ambos psiquiatras infantis, que marcaram o início da história conceitual e etimológica do que mais tarde seria conhecido como TEA - Transtorno Do Espectro Autista (WHITMAN, 2015).

O médico, pesquisador, professor e psiquiatra infantil Leo Kanner em 1943, apresenta um estudo realizado com 11 crianças que possuíam comportamentos diferentes comparado a outras da mesma faixa etária, é nesse momento que ele apresenta o Distúrbio Autístico do Contato Afetivo e suas características para explicar essa síndrome (CUNHA, 2012).

Dentre as características em comum, três eram compartilhados por todos: a incapacidade de relacionamento interpessoal, a falta da linguagem funcional em situações sociais e a inflexibilidade a mudanças (TEIXEIRA, 2016). Para Kenner os prognósticos dessas crianças acometidas pela síndrome é que não haveria possibilidade de melhora do quadro clínico (WHITMAN, 2015).

Em 1944, o pediatra Hans Asperger divulgou estudos de uma síndrome similar à de Leo Kanner, nomeada como psicopatia autista, posteriormente sendo nomeada com seu nome. Diferente das crianças descritas por Kanner, Asperger identificou habilidades como inteligência e lógica superiores à média, desenvolvimento da linguagem, mas com limitações e especificidades as estereotipias (CUNHA, 2012).

Diante das diversas mudanças desde sua primeira nomenclatura, o termo TEA atualmente é designado pela terminologia Transtorno do Espectro Autista, disponível na última versão do manual diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais: DSM-V-TR. A justificativa para o termo espectro, dá-se pelo fato de se expressar de inúmeras maneiras dependendo do nível de severidade em cada indivíduo, não havendo um único padrão totalmente específico (ALMEIDA; NEVES, 2020).

O autismo está inserido no grupo dos transtornos do neurodesenvolvimento, ou seja, que se manifestam logo no início do desenvolvimento da criança, sendo caracterizado como déficits que interferem diretamente no funcionamento esperado em vários contextos sociais, como por exemplo o acadêmico (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2023).

O DSM-V-TR (2023) apresenta os critérios diagnósticos para realizar o rastreio do

transtorno, evidenciando suas características e especificadores de gravidade. (FERNANDES; TOMAZELLI; GIRIANELLI, 2020).

Dentre as principais características estão os déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos e padrões restritos e repetitivos de comportamento, estando presentes desde o início do desenvolvimento (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2023).

Como citado acima o DSM-V-TR indica os níveis de gravidade manifestados no TEA, nas áreas da comunicação social, comportamentos restritivos e repetitivos, dos quais são classificados em três níveis de gravidade de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 01- Critério Diagnóstico

Nível de severidade	Comunicação social	Comportamento restritivos e repetitivos
Nível 1- Requer suporte	Sem apoios no lugar, déficits em comunicação causam deficiência perceptíveis. Dificuldade em iniciar interações sociais por exemplo claros e respostas atípicas ou malsucedidas abertura sociais e de outros. Pode parecer ter diminuído o interesse nas interações sociais	A inflexibilidade no comportamento causa interferência significativa no funcionamento em um ou mais contextos. Dificuldade em alternar entre as atividades problemas de organização e planejamento dificultam a independência
Nível 2- Requer suporte substancial	Déficit acentuados nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal; deficiências sociais aparentes mesmo com apoios; iniciação imitada de interações sociais; e respostas reduzidas ou anormais a aberturas sociais	Inflexibilidade de comportamento, dificuldade em lidar com mudanças ou outros comportamentos restritos/repetitivos aparecem com frequência suficiente para serem óbvios para o observador casual e interferir no funcionamento e

	de outros	uma variedade de contextos angústia e /ou dificuldade em mudar o foco ou a ação
Nível 3- Exigindo muito suporte substancial	Déficits severos nas relações sociais verbais e não verbais habilidades de comunicação causam graves prejuízos no funcionamento da iniciação muito limitada das interações sociais e resposta mínima a aberturas sociais de outros.	Inflexibilidade no comportamento extrema dificuldade em lidar com a mudança ou outros comportamentos restritivos/repetitivos interferem marcadamente no funcionamento em todas as esferas grande aflição / dificuldade em mudar o foco ou a ação

Fonte: DSM-V-TR, 2023

4 DESAFIOS PSICOSSOCIAIS DO AUTISMO NA IDADE ADULTA

É evidente a quantidade de pesquisas que buscam compreender o autismo na fase da infância. Há mais intervenções efetivas e especializadas voltadas para essa fase do desenvolvimento, constando que crianças com autismo que tiveram acompanhamento profissional qualificado obtiveram melhora no quadro dos seus déficits, apresentando maior adaptabilidade e qualidade de vida ao chegarem na fase adulta (ALVES, 2019).

Rosa (2015) debate sobre a escassez de literatura nacional e internacional sobre autismo na vida adulta. Para essa afirmação, utiliza como referência um estudo realizado na Inglaterra, expondo como resultado a prevalência de 1% da população geral possui o diagnóstico de autismo, havendo maior prevalência em homens (1,8 %) do que em mulheres (0,2%). A autora explora possíveis causas da falta de dados, como por exemplo o nível do desenvolvimento do país, falta de serviços de saúde mental adequados, bem como o forte estigma a pessoas com deficiência.

Segundo o prognóstico discutido por Bishop-Fitzpatrick et al. (2014) não é animador, poucos são independentes, possuem relacionamentos, cursam ensino superior ou trabalham, permanecendo sob a dependência da família. Rosa (2015) ao discorrer sobre a educação aborda os poucos anos de permanência e abandono dos alunos na escola, que

repercute posteriormente de forma direta na falta de qualificação profissional, com pouca inserção e estabilidade no mercado de trabalho. Contudo a autora relaciona melhores resultados em ambas as áreas com o aumento de políticas públicas que propiciam ações inclusivas na área da educação e no mercado de trabalho.

Ainda sobre o prognóstico, da pesquisa de Bishop-Fitzpatrick et al (2014), estudos feitos desde a década de 50 já se preocupavam com o futuro das pessoas diagnosticadas com autismo, embora vinte anos mais tarde seriam mais detalhados, onde relacionavam melhores previsões de perspectiva de futuro com a presença do desenvolvimento de habilidades cognitivas e na comunicação (ROSA, 2015).

Nesse mesmo estudo Bishop-Fitzpatrick et al. (2014) apresentam o aparecimento frequente de transtornos como ansiedade e depressão, retratando maiores taxas comparado a população neurotípica, outro dado relevante são as comorbidades de saúde evidenciadas por Alves (2019), entre as condições médicas mais frequentes prevalecem a diabetes, convulsão e hipertensão, essas prevalências de outras comorbidades associadas impactam tanto na funcionalidade, quanto na perspectiva de satisfação com a vida (ALVES, 2019).

Dentro do seu quadro de critério diagnóstico, o autismo pode variar de acordo com a quantidade expressa de traços e sua gravidade. Com base no critério de funcionalidade, casos são subdivididos como nível 1 em que requer suporte, apresentam maior adaptabilidade diferente do nível 3 que existe muito suporte substancial (DSM-V-TR, 2023). Rosa (2015) aponta que não somente o nível de gravidade e o funcionamento adaptativo são determinantes para uma melhor adaptação na vida adulta, mas fatores ambientais, como serviços especializados e vivência de comunidades inclusivas.

No que diz respeito a qualidade de vida do sujeito com autismo e sua família, Rosa (2015) aborda sobre os relatos dos pais no que diz respeito às necessidades enfrentadas. Os resultados explorados foram: condição financeira, falta de rede de suporte para a famílias, desde rede de apoio a serviços disponíveis, pouco ou nenhum acesso a rede de informações dos serviços disponíveis e suas ofertas de atuação, escassas instituições de apoio para os cuidadores com foco nas necessidades específicas, poucos profissionais qualificados para trabalhar orientação aos pais, os cuidadores e o próprio sujeito a transição a vida adulta.

Está última citada, é possível identificar as consequências pela insuficiência de trabalhos nessa área, trazendo como exemplo o agravamento em diversas áreas como saúde mental, isolamento social, e desemprego, o que faz a diminuição do engajamento do sujeito e da família nessa etapa de transição. Ainda trazendo sobre o relato da família, no que

concerne sobre a rede social do adulto autista, se restringe aos próprios familiares e vizinhos, com pouca ou quase nenhuma interação social com a outra comunidade. Como uma possível explicação para essa situação se dá pela falta de acesso a ambientes proporcionam esse tipo de interação social, além da falta de compreensão da comunidade e os aspectos relacionados às próprias características do TEA (BISCHOP-FITZPATRICK et al. 2014))

As atividades de recreação e ocupacionais diárias apresentam melhores índices de qualidade de vida, que são tão benéficas tal qual as atividades realizadas na infância, e finaliza esse tópico ressaltando a importância de aprofundamento sobre a qualidade de vida na idade adulta com TEA (ROSA, 2015).

No Brasil, a esfera pública tem buscado atender às necessidades a partir de serviços especializados, ainda que com dificuldades. Para suprir essa carência, são vistos movimentos de aproximação das ONGs com as políticas públicas. Muitas das ONGs tiveram como principal objetivo amparar famílias desassistidas pelas políticas públicas como o caso as APAES - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais que foram os primeiros serviços que iniciaram os atendimentos a crianças com deficiência e depois da demanda abrangeram para autismo, a e AMA - Associação de Amigos do Autista, esta última criada com foco nos serviços de pessoas com autismo (OLIVEIRA, 2015).

Dentre serviços que atuam com o atendimento a comunidade com autismo, estão os CAPS - Centros de Atenção Psicossociais, que se dividem em várias modalidades, entre elas está o CAPS, no qual atende o público infanto-juvenil, pioneiro entre as primeiras ações do serviço público na atuação voltada para esse público. A autora dialoga sobre a necessidade de melhor especialização dos profissionais. Quanto ao público adulto, pesquisas relacionadas à prevalência de perfis nosológicos, poucos apontaram atendimento a adultos com autismo, e orientaram uma melhor articulação em rede (ROSA, 2015).

Outra área pouco estudada na vida adulta é sobre a afetividade e relacionamento, compreendendo que o autismo possui como uma das principais limitações os déficits na comunicação e interação social, essa categoria possui seus prejuízos. Um estudo feito com vinte e cinco indivíduos com autismo confirma isso ao mostrar baixas habilidades sociais referentes à aprendizagem de regras sociais, logo pouco desenvolvimento de habilidades românticas, no entanto, isso não implica dizer que não há afetividade no autismo (ALVES, 2015).

4.1 A VIVÊNCIA DA SEXUALIDADE

Ao falar sobre sexualidade, muitas vezes, submete-se à abordagem médico-biológica sobre o tema pautando-se em discursos voltados à anatomia e reprodução humana. Entretanto, essa visão estritamente conceitual não se faz suficiente para abranger as múltiplas dimensões que interseccionam a sexualidade, como fatores culturais, sociais, econômicos, políticos, dentre outros (FIGUEIRÓ, 2011).

Foucault (1976) aprofunda-se em sua teoria sobre a história da sexualidade e estabelece que a sexualidade é constituída pelas dimensões históricas e sociais, assim, em cada momento da história das civilizações foram sendo modificados e reconstruídas as concepções que abrangem a sexualidade humana. Com isso, ela está integrada como parte fundamental na construção da identidade do sujeito, visto que, faz parte da experiência que o indivíduo tem com o seu corpo e como é vivenciada. (DE TILIO, 2017 *apud* MONTTIER 2011).

Whitman (2015) aponta que o tema autismo postos em mídias e nos meios de comunicação alavancaram a busca do interesse popular sobre o tema, seja pelo fascínio e curiosidade dessas características fora do padrão típico. Essa representação destaca-se principalmente em obras cinematográficas como séries de TV, apresentando sempre o mesmo estereótipo de dois extremos, respectivamente o primeiro, representado como objeto, sem nenhum repertório de habilidade social e destituídos de falas e o segundo apresentado como autista genérico: favorecido de uma capacidade de inteligência superior à média, mas com comportamentos inflexíveis e pragmáticos (LACERDA, 2017). É possível pensar em um terceiro contexto também visto como genérico, a concepção da condição assexualidade da pessoa com autismo (CORREIA, 2021).

A concepção de que pessoas com autismo eram ingênuos assexuados e que não eram capazes de se relacionar afetivamente com outros perdurou por muito tempo, principalmente entre os pais que acabam subestimando sobre o conhecimento da vivência sexual de seus filhos (JOYAL et al. 2021).

Com isso, corrobora a compreensão do que é expresso por Brilhante et al. (2021), na perspectiva de uma crítica a ideia do eterno “Anjo azul”, ou seja, o sujeito com diagnóstico de TEA não dispor da capacidade de expressar sua sexualidade, estando sujeito a silenciamento da própria experiência. Compreendendo a visão de que a sexualidade é experimentada por todos em várias etapas da vida (FIGUEIRÓ, 2010).

Uma pesquisa com 25 adolescentes e adultos com autismo de faixa etária de 13 a 36

anos, na qual apontou que pessoas com TEA, assim como pessoas que não possuem o diagnóstico, compartilham de sentimentos de afeto e interesses sexuais, principalmente em pessoas com alta funcionalidade. A diferença está no que o autor intitula de experiência relacional, ou seja, as características dos déficits próprios do autismo que acabaram interferindo na forma de expressões desse sentimento, como o autor menciona, ou seja em comportamentos não aceitáveis ou desejáveis socialmente (STOKES; NEWTON; KAUR, 2007).

Durante a infância com acompanhamento adequado a pessoa com TEA pode adquirir habilidades básicas individuais que naquele momento auxiliam em seu desenvolvimento e que são pré-requisitos para o desenvolvimento de outras, como por exemplo, habilidades acadêmicas. Contudo, na adolescência e fase adulta as habilidades individuais específicas não são suficientes para englobar a complexidade das relações.

Intervenções voltadas para habilidades e competências a adultos com autismo são baixas, o que traz como consequência em sua vida: baixos números de amigos, maior isolamento e limitada rede social contando apenas com os familiares. Um estudo aponta os entraves da dinâmica de relacionamento amoroso de pessoas com TEA, destacando principalmente a dificuldade na área de habilidades sociais (CORREIA, 2021), havendo a necessidade do suporte de uma abordagem de educação sexual especificada (BRILHANTE, 2021).

De acordo com Maggio et al. (2022), os quais discorrem sobre o conceito de “consciência sexual”, que seria o entendimento do indivíduo a respeito das dinâmicas que estão presentes na relação sexual social, como a identificação de sentimentos e desejos, por exemplo. No entanto, para haver essa consciência a cognição e habilidades sociais precisam estar preservadas, entretanto, como uma das características e critérios para o diagnóstico do autismo é o déficit na comunicação e interação social, que afeta diretamente na forma em que seja expressa o que sente, bem como é interpretada por ele e pelos outros, o sujeito pode apresentar de uma maneira que socialmente não seria esperada ou desejada.

O baixo desenvolvimento dessas áreas da pessoa com TEA, prejudica na interpretação e entendimento do significado dentro do relacionamento afetivo-sexual. Apesar dessas especificidades nos rituais ou comportamentos estereotipados, restritivos e repetitivos, adultos com autismo podem ter vida e intimidade sexual ativa e saudável.

Uma reflexão importante trazida por Pessoa e Silva (2020) sobre acessibilidade afetiva, apontam que os únicos impedimentos que poderiam ser postos em um relacionamento de uma pessoa com e outra sem deficiência seriam os próprios limites

delimitados de forma consentida pelos envolvidos na relação. Aqui, amplia-se a ideia dos autores para incluir também pessoas neurotípicas e neuroatípicas.

Somando aos estudos de Del Prette (2017), além de componentes cognitivos como pensamentos e sentimentos que o indivíduo precisa desempenhar, ainda há expectativas socialmente esperadas por uma comunidade, porém, o déficit nessas áreas tem como resultado o prejuízo individual e social. O que é confirmado por Dekker et al. (2017) e Stokes, Newton Kaur (2007), ao contrário do que se imagina, pessoas com autismo também podem desenvolver interesses em relacionamentos amorosos, semelhante a pessoas típicas.

Logo, o impedimento está na falta de habilidade e conhecimento sobre a área, que ele possui como hipótese que pode ser respondida pela menor exposição de experiências sociais com pares e amigos, o que atrapalha na aprendizagem dessas habilidades.

Ao se referir sobre o comportamento de uma pessoa com autismo é bem mais evidente, os traços motores, linguagem e tantos outros critérios observáveis e descritos pela literatura, mas quando se refere ao sentimento, que são como Skinner (1991) nomeia “eventos privados”, ou seja, que não são observados por outras pessoas, mas, que faz parte da experiência de vida do sujeito e que o próprio autor afirma “A maneira como as pessoas se sentem é, frequente, tão importante quanto o que elas fazem” (SKINNER, 1991, p.1). Confirma o que o Ottoni et al. (2021) problematiza a respeito de que pessoas com autismo, apresentam a experiência de sentir afeto por outras pessoas, tal qual uma pessoa típica.

Stokes, Newton Kaur (2007) discorrem sobre a falta de estudos voltados para o autorrelato pelos próprios indivíduos com autismo que vivenciam essas experiências e suas respectivas perspectivas, uma vez se há um questionamento em relação a validade desses relatos por conta dos défices, assim é mais comum ver relatos de clínicos e cuidadores, contudo, isso influencia na análise e resultados.

Dekker et al. (2017) corrobora que há discrepância significativas entre a perspectiva do sujeito e de terceiros, e que somente na década de 90 começou-se a debater sobre a temática da sexualidade e suas ramificações. Esse mesmo estudo não considerou o autorrelato de autistas, ele voltou-se somente para análise do comportamento observável apresentado por essas pessoas. O que permite a reflexão: Por que há tantos tabus em torno da possibilidade de pessoas com TEA terem e viverem afetos?

4.2 NEURODIVERSIDADE E SEXUALIDADE

O percurso de cuidados a grupos sociais minoritários que apresentavam

características não normativas, por muito tempo foram tratados de maneira discriminatória e excludente, principalmente em instituições com viés do modelo higienista no qual não havia a perspectiva de desenvolvimento das potencialidades desses sujeitos. O surgimento da expressão Neurodiversidade aparece como uma forma de valorizar o sujeito, a diferença, e suas expressões pautando-se na ideia de uma perspectiva que:

[...] “condições neurológicas diferentes do “padrão” são variações naturais, ou seja, são parte da diversidade humana e não requerem cura ou tratamentos clínicos invasivos com o objetivo precípua de tornar os indivíduos neurodivergentes “indistinguíveis dos pares” (ALENCAR; BARBOSA; GOMES, 2021, p. 2128).

Entre as pessoas que compõem o grupo da neurodiversidade pode-se destacar o Transtorno do Espectro do Autismo e Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade, uma vez que são caracterizados como transtornos do neurodesenvolvimento, ou seja, aparecem nos primeiros anos de vida e prevalecem durante toda a vida. Já o termo neurotípico é utilizado para pessoas que não apresentam essas alterações no desenvolvimento neurológico (DSM-V-TR, 2023).

Em uma sociedade que valoriza a produção, o ideal almejado e imposto a todos é o modelo de corpo funcional de pessoas fortes e saudáveis. Diante disso, a neurodiversidade é vista como o antagonista desse ideal, uma vez que expõe a diversidade que é factível a todos (SILVA, 2006).

A constituição do conceito de normalidade, bem como a sexualidade, são fenômenos sociais que se desenvolvem a partir do que se é construído socialmente com influência do momento histórico e cultural, visto que, em cada período esses fenômenos acabam passando por reformulações e alterações (MAIA; RIBEIRO, 2010). Isso é descrito por Foucault em sua obra sobre a história da sexualidade, onde se propôs investigar como as relações de poder e de dominação influenciam na construção de saberes. Considerando que esse poder não é apenas de restrição ou proibição, mas é também sobre a produção e controle dos saberes, no qual atuam nas esferas da dinâmica social e individual (FOUCAULT, 1988 *apud* FIGUEIRÓ, 2011).

Para Maia e Ribeiro (2010), os padrões normativos vão além das nuances funcionais ou reprodutivas, ela perpassa inclusive a dimensão afetiva, dito isso, entre os mecanismos de manutenção dessa relação de dominação vincula-se que a felicidade é alcançada quando o sujeito estiver mais próximo dessa norma.

Os padrões para a sexualidade normal e feliz que não podem ser pensados separadamente do contexto social, econômico e cultural e se revelam em diferentes meios: na televisão, nas propagandas, nas telenovelas, nas narrativas, na literatura, nos jornais, nos discursos, na música, dentre outros. Nesse sentido, conceitos

subjacentes à sexualidade, como beleza, estética, desempenho físico, função sexual, gênero, saúde, são também construídos socialmente e podem diferir em função da cultura e das condições em que esses fenômenos se revelam (MAIA; RIBEIRO, 2010, p.161)

O estigma atribuído sobre o corpo não funcional é caracterizado como desvantagem social, segundo Maia e Ribeiro (2010), a desvantagem social implica na perpetuação da rotulação generalizada ao sujeito, reduzindo-o de maneira simplista a sua condição. Esse discurso penetra até na própria comunidade, como explicita os autores: "[...] o próprio sujeito estigmatizado incorpora determinadas representações e se identifica com essas tipificações" (MAIA; RIBEIRO, 2010, p.162).

Para Maia e Ribeiro (2010) a dessexualização do sujeito é social, não fisiológica, a regulação da sexualidade por meio das relações sociais, são permeadas pela construção sócio histórica da heterossexualidade. A falta de espaço para discussão sobre a sexualidade na neurodiversidade reduz o sujeito a condição de incapacidade, pois precisa ser cuidado, acompanhado e orientado, desconsiderando como um ser que possui desejos próprios e autonomia. O espaço privado, com o próprio lar também contribui para o silenciamento da sexualidade por meio de familiares, cuidadores e amigos. A redução da sexualidade, as genitálias, desconsidera todo os outros elementos que integram a sexualidade, o que impossibilita a efetiva e plena vivência sexual (CRUZ; ALTMANN, 2021)

O movimento de descaracterização do próprio sujeito, para se enquadrar a norma é visto como aceitável para pessoas neurotípicas, mas acaba marginalizando a neurodiversidade, seu modo de ser e sua experiência com a sexualidade. Como alternativa a essa descaracterização, os autores trazem o conceito de paradigma do suporte para explicar como poderia haver inclusão sem excluir as características dos indivíduos. Porém, para que isso aconteça é necessário uma mudança social e recursos disponíveis para adaptação (OTTONI et al. , 2021).

Trazendo esse movimento de descaracterização as ações de educação sexual focadas para pessoas com autismo, a utilização desse recurso pode ser instrumento para repressão e discriminação caso não haja uma postura crítica e construtivista (FIGUERÓ, 2011). Os obstáculos enfrentados pela deficiência possuem uma parcela por conta da própria condição e a outra pelas limitações impostas pela própria sociedade, que são relações permeadas por isolamento e segregação (MAIA; RIBEIRO, 2010).

Aprofundando sobre essa perspectiva, Rosqvist (2014) discorre criticamente sobre o quanto a comunidade científica produz comparações negativas em relação a

comportamentos sexuais expressos de pessoas com TEA, referindo ao que é socialmente aceitável ou adequado, sob a ótica da sexualidade normativa. Em consonância com o discurso deficitário da sexualidade autista onde concebe-se a ideia de que a presença do déficit sócio afetivo que são características do autismo são fatores que determinam a sua incapacidade sexual.

Entretanto, Figueiró (2011) apresenta um modelo pautado no comprometimento de transformação social denominada abordagem emancipatória de educação sexual, que tem como principal fundamento atuação política, coletiva e social. Para que ela seja transformadora a autora reforça práticas que visem a promoção da autonomia, participação em lutas coletivas, atenção à diversidade, postura crítica e produtora de novos saberes e o trabalho em conjunto.

A educação sexual para a pessoa com TEA é vista como um mecanismo de proteção sexual contra o abuso, essa concepção é bastante difundida entre vários autores que estudam sobre a temática (OTTONI et al. 2021; VIEIRA; MAIA, 2015; VIEIRA; COELHO, 2014). O movimento de inserção da educação sexual formal na comunidade principalmente nas escolas não é recente, em sua obra Figueiró (2011), discorre sobre inúmeros projetos e tentativas desde a década de 1960, todavia, o movimento conservador obteve ascensão através de influências políticas, sociais e religiosas no período que trouxe como consequência retrocessos nas políticas de saúde e educação sexual. Somente na década de 1990 que foram retomadas com maior ênfase.

A defesa da educação sexual como um direito é afirmada através de diretrizes nacionais propostas pela Política Nacional de Saúde em 2010 em que visa diminuir desigualdades inclusive na área da sexualidade, aliada também as políticas públicas de Pessoas com deficiência com a regulamentação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) em 2015 onde regulamenta igualdade e inclusão sobre a sexualidade (PORTELA, 2021).

Os grupos de apoios pró-neurodiversidade auxiliam nesse movimento político e social, contudo, os próprios ativistas, pais e profissionais tem debatido sobre as composições de ações, entre elas são políticas públicas voltadas para o financiamento em ABA (Applied Behavior Analysis), com ressalvas sobre o cuidado dessas práticas para não serem utilizadas com finalidade corretiva de comportamentos característicos das próprias pessoas com neurodiversidade (ALENCAR; BARBOSA; GOMES, 2021).

Os déficits apresentados pelo autismo seriam um fator de vulnerabilidade, na visão dos pais, cuidadores e profissionais. Assim, Rosqvist (2014) problematiza em razão de recorrerem à educação sexual como meio de adequação do comportamento sexual. Isso pode

ser explicado através do conceito abordado pelo autor de diferença sexual, o que significa que a sexualidade típica é comumente utilizada como referência para as demais expressões e vivências sexuais, ele aponta como exemplo da masturbação, o sexo solitário apresenta-se frequente como consequência da ineficiência e fracasso nas relações afetivas, trazendo o foco em comportamentos desviantes e inapropriados, o que se explicaria a necessidade do treino de habilidades sociais para essas pessoas. Porém, volta-se novamente para o que já foi abordado ao longo dessa discussão sobre a descaracterização do próprio sujeito. Para compreender como se expressa a sexualidade da pessoa com TEA é importante compreender o autismo, ou seja, suas características, vulnerabilidades e potencialidades (OTTONI et al. 2021).

A contínua imposição do discurso normativo, é conceitualizada por Cruz e Altmann (2021) como pedagogia da sexualidade, que consiste em uma contínua disciplinarização da pessoa neurodiversa durante toda a sua vida, afirmando práticas heteronormativas que se é dito o que é adequado e correto a ser seguido. É importante salientar que isso ocorre de maneira explícita, assim como, de forma implícita e sutil na vida diária.

Discorrer sobre a diferença auxilia a desconstruir a normatividade, seus discursos e estruturas de funcionamento e permitem construir novas narrativas sobre neurodiversidade a partir das próprias histórias e vivências. Além do mais, permitem também que pessoas com TEA possam se reconhecer e viver seus afetos dentro de todas as formas possíveis de se pensar as orientações afetivas-sexuais possíveis e existentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida buscou investigar sobre os desafios vivenciados por adultos com autismo no campo da sexualidade, nela foi possível observar que fatores sociais e familiares contribuem para o forte estigma atribuído a ele, como a negação de sua sexualidade e o capacitismo inferido a seus déficits como explicação da falta de experiências nas habilidades afetiva-sexuais e presença de comportamentos sexuais inadequados.

Também foi percebido poucas pesquisas voltadas para o autorrelato, sendo elas principalmente desenvolvidas por meio da perspectiva dos familiares, cuidadores e profissionais, o que influencia nos resultados e aparecimento de discrepâncias quando verificados com o próprio autista.

Os objetivos do estudo foram alcançados, visto que durante toda a pesquisa foram apresentados e descritos os desafios, sendo eles sociais, individuais, históricos e culturais, da mesma forma que também foram propostas alternativas para mudanças dessas problemáticas.

Com isso, foi possível constatar que os principais desafios da sexualidade do adulto com autismo estão principalmente nas dimensões sociais e culturais e destacar isso é de grande valia para desmistificar crenças, estigmas e concepções infundadas a respeito do capacitismo sofrido por essa comunidade na sua expressão da sexualidade.

Nesse sentido, observou-se que a vida adulta apresenta a todos obstáculos seja na esfera do trabalho, educação, vida social, relacionamentos e sexualidade, entretanto para autistas lhe são negados ou omitidos essas experiências pela falta de preparo da sociedade, como discutido nos aspectos psicossociais, em decorrência disso são escassas as oportunidades de inclusão nos espaços restando-lhes espaço limitado de convívio com seus familiares

A perspectiva de programas e projetos desenvolvidos com finalidade de melhorar esses déficits, entra em duas problematizações pertinentes ao longo do estudo, a primeira sobre uma perspectiva de desenvolvimento de habilidades sociais para auxiliar na adaptação nessa área da sexualidade, mas que também pode ser um meio de repressão da própria expressão de suas características enquanto indivíduo pertencente de uma condição neuro diversa.

Entre os fenômenos apresentados, a descaracterização e autorepressão são frequentes na vivência do autista, a imposição do padrão normativo em sua sexualidade reforça a discriminação e estigma sobre a deficiência.

Assim, conclui-se que existe escassez de pesquisas sobre a temática do autista adulto e suas sexualidades, esse estudo colabora para capacitação de pais, profissionais e pesquisadores interessados pela área, além de melhorar a compreensão sobre sexualidade e seus desafios a pessoas com autismo, contribui para auxiliar mais pesquisas que possuem como foco a fase adulta e a sua sexualidade. Diante de tais considerações, recomenda-se para os trabalhos futuros um maior aprofundamento sobre essa temática com pesquisas que voltem-se para o autorrelato.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, H. F. D. ; BARBOSA, H. F. ; GOMES, R. V. B. Neurodiversidade: aspectos históricos conceituais e impactos na educação escolar. **Conedu: Escola em tempos de conexões**. v. 2, p. 2125-2142, 2021 Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2021/ebook2/TRABALHO_EV150_M D7_SA100_ID4942_14102021072507.pdf. Acesso em : 21 Nov. de 2022.

ALMEIDA, M. L. ; NEVES, A. S. A Popularização Diagnóstica do Autismo: uma Falsa Epidemia?. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 40, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003180896>. Acesso em : 21 Nov. de 2022.

ALVES, A. L. C. **FUNCIONALIDADE EM ADULTOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**: relações entre traços autísticos, variáveis psicossociais e funcionamento cognitivo. 2019. 64f. Dissertação (Mestrado em Medicina)- Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina. Belo Horizonte, 2019.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5-TR. 5.ed (edição revisada e ampliada). Porto Alegre: Artmed, 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm . Acesso em: 10 de Nov. de 2022.

BRASIL. Lei nº 13.861, de 18 de julho de 2019. **Inclusão das especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista nos censos demográficos**. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113861.htm. Acesso em: 10 de Nov. de 2022.

BISHOP-FITZPATRICK, L. et al. Uma revisão sistemática de intervenções psicossociais para adultos com transtornos do espectro do autismo. In: VOLKMAR, F. ; REICHOW, B. ; MCPARTLAND, J. **Adolescentes e adultos com transtornos do espectro do autismo**. Nova York: Springer, 2014. p. 315–327, 2014. Disponível em : https://doi.org/10.1007/978-1-4939-0506-5_16 . Acesso em : 10 de Nov. de 2022.

BRILHANTE, A. V. M. et al. “Eu não sou um anjo azul”: a sexualidade na perspectiva de adolescentes autistas. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 26, n. 02 , p. 417-423, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021262.40792020>. Acesso em: 22 Nov. de 2022.

CORREIA, M. R. F. **Relações amorosas e íntimas em adolescentes e adultos com perturbação do espectro do autismo**. 2020. 79f. (Dissertação em Psicologia Clínica e da Saúde) -Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10437/12790>. Acesso em: 21 Nov. de 22.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

CRUZ, P. S. G. D.; ALTMANN, H. Atypical: neurodiversidade e pedagogia da sexualidade. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 66–92, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/13047> . Acesso em: 9 jun. 2023.

DE TILIO, R. Transtornos do Espectro Autista e sexualidade: um relato de caso na perspectiva do cuidador. **Psicología, Conocimiento y Sociedad**, v. 7, n. 1, p. 36-58, 2017. Disponível em : http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-70262017000100036&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 15 nov. 2022.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. **Competência social e habilidades sociais: Manual teórico-prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

DEKKER, L. P. et al. Funcionamento psicossocial de adolescentes cognitivamente capazes com transtorno do espectro autista em comparação com pares em desenvolvimento típico: o desenvolvimento e teste do inventário de transição adolescente - um questionário de auto-relato e parentalidade sobre o funcionamento psicossocial. **Journal of autism and developmental disorders**. v. 47, p. 1716-1738, 2017. Disponível em : <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28299510/> . Acesso em: 15 nov. 2022.

FERNADES, C. S. ; TOMAZELLI, J.; GIRIANELLI, V. R. Diagnóstico de autismo no século XXI: evolução dos domínios nas categorizações nosológicas. **Psicologia USP**. v. 31, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e200027>. Acesso: 22 Nov. de 2022

FIGUERÓ, M. N. D. **Educação sexual: Retomando uma proposta, um desafio**. 3^o edição. Londrina: Eduel, 2011.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade do saber**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1997.

GOMES, C. G. S. ET AL. Intervenção Comportamental Precoce e Intensiva com Crianças com Autismo por Meio da Capacitação de Cuidadores. **Revista Brasileira de Educação Especial**. v. 23, n. 3, p. 377-390, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382317000300005>. Acesso em: 21 Nov. de 2022.

GIL, A. C. **Didática do ensino superior**. São Paulo: Atlas, 2015.

JOYAL, C. C et al. FSexual Knowledge, Desires, and Experience of Adolescents and Young

Adults With an Autism Spectrum Disorder: An Exploratory Study. **Front Psychiatry**, v. 12, 2021. Disponível em : <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34177667/> Acesso em: 21 Nov. de 2022.

LACERDA, L. Luz, Câmera, Estereótipo - Ação! A representação do autismo nas séries de TV. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 17, n. 193, p. 13-22, 7 jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/33887> . Acesso em: 21 Nov. de 2022.

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 16, n. 2, p. 159–176, 2010. Disponível em : <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/30124> . Acesso em : 15 nov. 2022.

MAGGIO, M. G. et al. Sexo e Sexualidade nos Transtornos do Espectro do Autismo: Uma Revisão de Escopo sobre uma Questão Negligenciada, mas Fundamental. **Ciência do cérebro**. v.12, p.1427, 2022 . Disponível em : <https://doi.org/10.3390/brainsci12111427> Acesso em : 9 jun. 2023.

MENEZES, M. Z. M. **O diagnóstico do transtorno do espectro autista na fase adulta**. 2020, p. 11. Monografia (Especialização em em Transtorno do Espectro do Autismo (TEA))- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2020. Disponível em : <http://hdl.handle.net/1843/35946>. Acesso em: 15 nov. 2022.

OLIVEIRA, B. D. C. **Análise das políticas públicas brasileiras para o autismo: entre a atenção psicossocial e a reabilitação**. 2015. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Saúde; Epidemiologia; Política, Planejamento e Administração em Saúde; Administra) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em : <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/4309> . Acesso em : 21 Nov. de 2022.

OTTONI A. C. V. ; BORTOLOZZI, A. C. ; VILAÇA, M. T.; MARQUES, D. C. L. A. Estratégias para a educação sexual de adultos com transtorno do espectro autista. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, [S. l.], v. 32, n. 1, 2021. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/966 . Acesso em: 1 jun. 2023.

PAPALIA, D. E; MARTORELL, G. **Desenvolvimento humano**. 14. ed. Porto Alegre: AMGH, 2022. E-book. Disponível em: <https://www.obbiotec.com.br/wp-content/uploads/2022/04/OBJ-livro-Desenvolvimento-Humano.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2023.

PESSOA, S. C.; SILVA, M. C. D. Acessibilidade amorosa: ideias, encontros e afetos para pessoas que experienciam situações de deficiência. In: PESSOA, S. C. ; MARQUES, A. S. ; MENDONÇA, C. M. C. **Afetos** : Pesquisas, reflexões e experiências em 4 encontros com Jean-Luc Moriceau. Belo Horizonte: Selo PPGCOM-UFMG, p. 25-38, 2019.

PORTELA, M. D. A. Educação sexual de jovens autistas: vivências acerca da sexualidade e educação sexual. 2021. Disponível em : <http://repositorio.undb.edu.br/jspui/handle/areas/630>. Acesso em: 19 abr. 2023.

ROSA, D. F. Autistas em idade adulta e seus familiares: recursos disponíveis e demandas da vida cotidiana. 2015, 192 f. Tese (Doutorado em em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, 2015. Disponível em : <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7259/TeseFDR.pdf?sequence=1&isAlloved=y> . Acesso em: 19 abr. 2023.

ROSQVIST, H. B. Becoming an ‘autistic couple’: Narratives of sexuality and couplehood within the Swedish autistic self-advocacy movement. **Sexuality and Disability**, v. 32, p. 351-363, 2014. Disponível em : <https://link.springer.com/article/10.1007/s11195-013-9336-2#citeas> . Acesso em : 19 abr. 2023.

SETTA, B. R. S. et al. Fatores de risco para sobrepeso e obesidade em crianças e adolescentes autistas: um estudo de caso. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS E SABERES MULTIDISCIPLINARES, l., p. 1–9, 2022, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UniFOA, 2022. Disponível em: <https://conferenciasunifoa.emnuvens.com.br/tc/article/view/163> . Acesso em: 22 nov. 2022.

SILVA, L. M. D. A . O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 424–434, set. 2006. Disponível em : http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-24782006000300004&lng=pt&nrm=iso . Acesso em : 22 nov. 2022.

SKINNER, B. F. **Questões recentes na análise comportamental**. Tradução : Hélio José Guilhardi e Patrícia Piason Queiroz. Campinas: Papirus. 1991. Disponível em: https://itrcampinas.com.br/pdf/skinner/lugar_sentimento.pdf. Acesso em 9 Junho 2023

STOKES, M., NEWTON, N., & KAUR, A. Stalking e Funcionamento Social e Romântico em Adolescentes e Adultos com Transtorno do Espectro Autista. **Jornal de Autismo e Transtornos do Desenvolvimento, Journal of Autism and Developmental Disorders**. v. 37, p. 1969–1986, 2007. Disponível em : <https://www.ama.org.br/site/wp-content/uploads/2017/08/Comoeocomportamentoromanticodepessoascomautismo.pdf> . Acesso em : 19 abr. 2023.

TEIXEIRA, G. **Manual do autismo**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Best Seller. 2016.

VIEIRA, C. M.; COELHO, M. A. Sexualidade e deficiência intelectual: concepções, vivências e o papel da educação. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 7, n. 14, p. 201-212, 2014. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/3268>. Acesso em: 09 junho 2023.

VIEIRA, A. C.; MAIA, A. C. B. Síndrome de Asperger na adolescência e educação sexual: análise do relato de um pai. In: IV Simpósio Internacional em Educação Sexual: feminismos, identidades de gênero e políticas públicas.4., 2015, Maringá. **Anais** [...]. Maringá: UEM,2015. Disponível em : <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2015/669.pdf> . Acesso em : 1 jun. 2023.

WHITMAN, T. L. **O desenvolvimento do autismo**. 1º ed.São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda. 2015.